



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 340,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano	
	As três séries	Kz: 1 469 391,26
	A 1.ª série	Kz: 867.681,29
	A 2.ª série	Kz: 454.291,57
A 3.ª série	Kz: 360.529,54	

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 179/21:

Approva a abertura do crédito adicional suplementar no montante de Kz: 28 800 000 000,00 para as despesas de apoio ao desenvolvimento e do investimento público da Unidade Orçamental — Gabinete de Obras Especiais.

Decreto Presidencial n.º 180/21:

Approva a abertura do crédito adicional suplementar no montante de Kz: 87 928 320 000,00 para os projectos do Programa de Investimento Público da Unidade Orçamental — Ministério dos Transportes.

Decreto Presidencial n.º 181/21:

Outorga Diplomas de Mérito a várias personalidades pela conquista do 14.º Troféu do Campeonato Africano das Nações em Andebol Sénior Feminino.

Despacho Presidencial n.º 110/21:

Autoriza a despesa e a abertura do Procedimento de Contratação Emergencial para a adjudicação do Contrato de Empreitada de Contenção da Erosão dos Solos, Protecção e Estabilização dos Taludes na Estrada da Samba, na Província de Luanda, no valor de Kz: 179 601 117,34 e do Contrato de Fiscalização da referida empreitada, no valor de Kz: 8 980 055,00, delega competência ao Ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos os actos decisórios e de aprovação tutelar, correspondente aos referidos Contratos, e autoriza a Ministra das Finanças a inscrever o Projecto no Programa de Investimento Público (PIP), bem como a assegurar a disponibilidade dos recursos financeiros para implementação do Projecto.

Despacho Presidencial n.º 111/21:

Autoriza a celebração do Contrato de Abertura da Linha de Crédito entre o Ministério das Finanças, em representação da República de Angola, e o Banco de Fomento Angola, no montante de Kz: 63 258 186 389,45, para assegurar os recursos financeiros necessários à execução do Contrato de Empreitada, Requalificação e Apetrechamento do Hospital Militar Principal de Luanda, e delega competências à Ministra das Finanças, com a faculdade de subdelegar, para, em representação da República de Angola, assinar o referido Contrato, bem como toda a documentação relacionada com o mesmo.

Despacho Presidencial n.º 112/21:

Autoriza a despesa no valor de Kz: 3 104 500 000,00, formaliza a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, para a aquisição de equipamentos rodoviários para apoio ao Sector dos Transportes e actividades produtivas, e delega competência ao Ministro dos Transportes, com a faculdade de subdelegar,

para a aprovação das peças do procedimento contratual, bem como para a verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do presente Procedimento para celebração e assinatura do correspondente Contrato.

Despacho Presidencial n.º 113/21:

Autoriza a privatização, por via de Concurso Público, da participação pública de 90% do capital social que o Estado detém indirectamente na Multitel Limitada, por via da PT Ventures, ANGOLA TELECOM - E.P. e Banco de Comércio e Indústria, e delega competência à Ministra das Finanças, com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do procedimento, nomeação da Comissão de Negociação, bem como da verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do referido Procedimento Concursal. — Revoga o Despacho Presidencial n.º 185/20, de 21 de Dezembro.

Despacho Presidencial n.º 114/21:

Autoriza a despesa e formaliza a abertura do Concurso Público para a realização de obras de intervenção aos pequenos sistemas de abastecimento de água na Província do Cunene, repartido em 6 lotes, e delega competência à Governadora da Província do Cunene, para a aprovação das peças do procedimento contratual, criação da comissão de avaliação, bem como da verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do presente Concurso.

Ministério da Educação

Decreto Executivo n.º 210/21:

Cria a Escola do II Ciclo do Ensino Secundário Geral denominada Liceu n.º 4.007, sita no Município de Cacuaço, Província de Luanda, com 13 salas de aulas, 39 turmas, 3 turnos, e aprova o quadro de pessoal da escola criada.

Decreto Executivo n.º 211/21:

Cria as Escolas do II Ciclo do Ensino Secundário Geral denominadas Liceu n.º 4.070, Liceu n.º 4.071 e Liceu n.º 4.054, sitas no Município de Cacuaço, Província de Luanda, com 12 salas de aulas, 36 turmas, 3 turnos, e aprova o quadro de pessoal da escola criada.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Decreto Presidencial n.º 179/21
de 20 de Julho**

Havendo a necessidade de se proceder à autorização do crédito adicional no Orçamento Geral do Estado, para o Exercício Económico de 2021, para fazer face às despesas de apoio ao

desenvolvimento e investimento da Unidade Orçamental — Gabinete de Obras Especiais;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com os artigos 26.º e 27.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho — Lei do Orçamento Geral do Estado, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Aprovação de abertura de crédito adicional suplementar)

É aprovada a abertura do crédito adicional suplementar no montante de Kz: 28 800 000 000,00 (vinte e oito mil milhões e oitocentos milhões de Kwanzas), para as despesas de apoio ao desenvolvimento e do investimento público da Unidade Orçamental — Gabinete de Obras Especiais.

ARTIGO 2.º

(Atribuição do crédito adicional)

O crédito adicional suplementar aberto nos termos do presente Diploma é afecto à Unidade Orçamental — Gabinete de Obras Especiais e será disponibilizado em função das necessidades de pagamento e disponibilidade de tesouraria.

ARTIGO 3.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º

(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Julho de 2021.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

(21-5972-A-PR)

Decreto Presidencial n.º 180/21

de 20 de Julho

Havendo a necessidade de se proceder a autorização do crédito adicional no Orçamento Geral do Estado, para o Exercício Económico de 2021, para fazer face às despesas de projectos do Programa de Investimento Público da Unidade Orçamental — Ministério dos Transportes;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com os artigos 26.º e 27.º da Lei n.º 15/10, de 14 de Julho — Lei do Orçamento Geral de Estado, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Aprovação de abertura de crédito adicional suplementar)

É aprovada a abertura do crédito adicional suplementar no montante de Kz: 87 928 320 000,00 (oitenta e sete mil milhões, novecentos e vinte e oito milhões, trezentos e vinte

mil Kwanzas), para os projectos do Programa de Investimento Público da Unidade Orçamental — Ministério dos Transportes.

ARTIGO 2.º

(Atribuição do crédito adicional)

O crédito adicional suplementar aberto nos termos do presente Diploma é afecto à Unidade Orçamental — Ministério dos Transportes e será disponibilizado em função das necessidades de pagamento de serviços realizados no âmbito da implementação de projectos com financiamento garantido.

ARTIGO 3.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º

(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Julho de 2021.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

(21-5972-B-PR)

Decreto Presidencial n.º 181/21

de 20 de Julho

Considerando que as desportistas nacionais femininas de Andebol têm sabido corresponder aos mais nobres anseios do Estado Angolano e desta forma com espírito abnegado e árdua dedicação têm granjeado o respeito e o prestígio da Nação Angolana ao nível do Continente Africano;

Convindo prestar um preito especial a Selecção Feminina de Andebol pela entrega e profissionalismo que permitiu conquistar o 14.º (décimo quarto) troféu do Campeonato Africano das Nações em Andebol Sénior Feminino;

O Presidente da República decreta nos termos da alínea q) do artigo 119.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com os artigos 8.º, 13.º e 22.º, todos da Lei n.º 14/02, de 18 de Outubro, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Outorga)

São outorgados Diplomas de Mérito às personalidades seguintes:

Direcção da Federação Angolana de Andebol

1. José Joaquim do Amaral e Silva Júnior;
2. Nair Filipa de Almeida Vilaça;
3. Óscar da Encarnação Alves do Nascimento;
4. Adérito Angelino Armando Cavala;
5. Ana Paula Henriques da Silva;
6. António Francisco da Costa;

Equipa Técnica

7. Filipe de Carvalho Pinto Cruz;
8. Edgar Gonçalves da Silva Neto;

9. José Terça Chuma;
10. António Manuel Gaspar Neto;
11. Marina Gonçalves Calister;
12. Adolfo Albano Fernandes;

Atletas

13. Isabel Evelize Wangimba Guialo;
14. Azenaide Danila José Carlos;
15. Albertina da Cruz Kassoma;
16. Helena Gilda Simão Paulo;
17. Teresa Patrícia Lopes Felipe de Almeida;
18. Carolina Martende Miranda Morais;
19. Ruth Francisco João;
20. Juliana José Machado;
21. Magda Alfredo Cazanga;
22. Liliana da Silva Venâncio;
23. Marília Jacinta José Quizelete;
24. Natália Mafela Kamalandua Fonseca;
25. Natália Maria Bernardo dos Santos;
26. Paulina Bazolau da Silva;
27. Wuta Waco Bige Dombaxi;
28. Vilma Chissola Ebo da Silva;
29. Helena Chidi Cawela de Sousa;
30. Stélvia de Jesus Pascoal.

ARTIGO 2.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação, com efeitos ripristinados a partir da data da outorga.

Publique-se.

Luanda, aos 15 de Julho de 2021.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

(21-6007-A-PR)

Despacho Presidencial n.º 110/21 de 20 de Julho

Considerando que as fortes chuvas que caíram nos meses transactos sobre a Cidade de Luanda agravaram sobremaneira o risco de desabamento parcial da Estrada da Samba, nas imediações do Viaduto da Corimba em construção, sentido sul/centro;

Não tendo essa via nos últimos tempos sido objecto de trabalhos de engenharia para a protecção e estabilização dos taludes adjacentes ao muro de contenção, urge a necessidade de aproveitar o período de cacimbo para realizar uma intervenção de emergência de modo a evitar que na próxima época chuvosa este troço por efeito de intempéries e eventuais derrocadas de terras que essas venham a provocar, possa impedir a circulação rodoviária nessa que é uma das principais vias rodoviárias estruturantes da capital do País;

Atendendo ao facto de que qualquer outro procedimento de contratação pública, ao abrigo da Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro — Lei dos Contratos Públicos, seria muito demorado

tendo em conta o aproveitamento do período seco para realizar a referida intervenção;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com os artigos 26.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 38.º, alínea f) do artigo 45.º, artigo 141.º e seguintes, todos da Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro — Lei dos Contratos Públicos, e pela alínea a) do n.º 2 do Anexo X do Decreto Presidencial n.º 59/21, de 5 de Março, o seguinte:

1.º — É autorizada a despesa e a abertura do Procedimento de Contratação Emergencial, para a adjudicação dos Contratos seguintes:

- a) Contrato de Empreitada de Contenção da Erosão dos Solos, Protecção e Estabilização dos Taludes na Estrada da Samba, na Província de Luanda, no valor de Kz: 179 601 117,34 (cento e setenta e nove milhões, seiscentos e um mil, cento e dezassete Kwanzas e trinta e quatro cêntimos);
- b) Contrato de Fiscalização da Empreitada de Contenção da Erosão dos Solos, Protecção e Estabilização dos Taludes na Estrada da Samba, na Província de Luanda no valor de Kz: 8 980 055,00 (oito milhões, novecentos e oitenta mil e cinquenta e cinco Kwanzas).

2.º — Ao Ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território é delegada competência com a faculdade de subdelegar, para a prática de todos actos decisórios e de aprovação tutelar correspondente aos Contratos de empreitada e de fiscalização.

3.º — À Ministra das Finanças é autorizada a inscrever o Projecto no Programa de Investimento Público (PIP), bem como assegurar a disponibilidade dos recursos financeiros para implementação do Projecto.

4.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

5.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Julho de 2021.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

(21-5971-B-PR)

Despacho Presidencial n.º 111/21 de 20 de Julho

Considerando que pelo Despacho Presidencial n.º 117/19, de 18 de Julho, foi aprovada a despesa para a celebração do Contrato de Empreitada, Requalificação e Apetrechamento do Hospital Militar Principal de Luanda;

Havendo a necessidade de se assegurar os recursos financeiros necessários à implementação do referido Contrato para a conclusão da respectiva obra;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o artigo 3.º do Regulamento da Emissão e Gestão da Dívida Pública Directa e Indirecta, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 164/18, de 12 de Julho, o seguinte:

1.º — É autorizada a celebração do Contrato de Abertura da Linha de Crédito entre o Ministério das Finanças, em representação da República de Angola, e o Banco de Fomento Angola, no montante de Kz: 63 258 186 389,45 (sessenta e três mil milhões, duzentos e cinquenta e oito milhões, cento e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e nove Kwanzas e quarenta e cinco cêntimos), para assegurar os recursos financeiros necessários à execução do Contrato de Empreitada, Requalificação e Apetrechamento do Hospital Militar Principal de Luanda.

2.º — À Ministra das Finanças são delegadas competências para assinar o referido Contrato, bem como toda a documentação relacionado com o mesmo, em nome e em representação da República de Angola com a faculdade de subdelegar.

3.º — A presente delegação de poderes não caduca com a mudança de Titular do Departamento Ministerial responsável pelas Finanças Públicas.

4.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

5.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Julho de 2021.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

(21-5971-C-PR)

Despacho Presidencial n.º 112/21 de 20 de Julho

Considerando que o Ministério dos Transportes tem enfrentado inúmeras dificuldades originadas pela escassez de equipamento rodoviário o que tem dificultado a implementação das políticas e programas do Executivo no domínio dos transportes rodoviários;

Havendo a necessidade de se proceder à adopção de um procedimento administrativo mais célere para a contratação pública para aquisição de equipamentos rodoviários destinados aos serviços do Ministério dos Transportes e actividades de instituições estratégicas do Estado;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com a alínea d) do n.º 1 do artigo 22.º, o artigo 26.º, alínea d) do n.º 1 do artigo 27.º, artigos 32.º, 33.º, 34.º, 38.º, a alínea d) do n.º 1 do artigo 45.º, artigos 141.º, 144.º e seguintes, todos da Lei n.º 41/20, de 23 de Dezembro — Lei dos Contratos Públicos, e com a alínea a) do

n.º 2 do Anexo X, actualizado pelo n.º 15 do artigo 10.º do Decreto Presidencial n.º 59/21, de 5 de Março, o seguinte:

1.º — É autorizada a despesa no valor de Kz: 3 104 500 000,00 (três mil milhões, cento e quatro milhões e quinhentos mil Kwanzas) e formalizada a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, para aquisição de equipamentos rodoviários para apoio ao Sector dos Transportes e actividades produtivas.

2.º — Ao Ministro dos Transportes é delegada competência com a faculdade de subdelegar para a aprovação das peças do procedimento contratual, bem como para verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do presente Procedimento para celebração e assinatura do Contrato.

3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

4.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Julho de 2021.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

(21-5972-C-PR)

Despacho Presidencial n.º 113/21 de 20 de Julho

Considerando que a Multitel, Limitada não reúne as condições necessárias para a sua privatização através do procedimento de Oferta Pública Inicial (OPI) na Bolsa de Valores, conforme aprovado pelo Despacho Presidencial n.º 185/20, de 21 de Dezembro;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com os artigos 10.º, 11.º, alínea d) do n.º 1 do artigo 14.º, alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º, artigo 17.º, todos da Lei n.º 10/19, de 14 de Maio — Lei de Bases das Privatizações, o seguinte:

1.º — É autorizada a privatização, por via de Concurso Público, da participação pública de 90% do capital social que o Estado detém indirectamente na Multitel Limitada, por via da PT Ventures, com 40%, da ANGOLA TELECOM - E.P., com 30%, e do Banco de Comércio e Indústria, com 20%.

2.º — À Ministra das Finanças é delegada competência com a faculdade de subdelegar, para a aprovação das peças do procedimento, nomeação da Comissão de Negociação, bem como da verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do Procedimento Concursal.

3.º — As Comissões de Negociações a serem criadas devem incluir representantes dos Departamentos Ministeriais responsáveis pelo Sector de Actividade e regem-se pela Lei de Base das Privatizações, bem como a título subsidiário a Lei dos Contratos Públicos.